



**Fiocruz e Médicos
Sem Fronteiras
ampliam parceria**

PÁGINA 3

**Cris e Núcleo de Estudos
sobre Bioética e Diplomacia
em Saúde estreitam relações**

PÁGINA 9



**Entrevista: Coordenador do
Cris e pesquisadora do CDTs
falam sobre aprovação de
resolução pela OMS**

PÁGINA 10

Fiocruz e Universidade de York fortalecem relações



A vice-presidente de Ensino, Informação e Comunicação da Fiocruz, Nísia Lima, e o vice-reitor da Universidade de York, Brian Cantor.

Danielle Monteiro

A Fiocruz e a Universidade de York, do Reino Unido, assinaram, em 28 de setembro, um termo de cooperação para o desenvolvimento de atividades com foco no intercâmbio em ciência; tecnologia e inovação; saúde pública e desenvolvimento de cuidados à saúde; e história das ciências em saúde. Com a assinatura do acordo, firmado por intermédio do Cris/Fiocruz e da Vice-Presidência de Ensino, Informação e Comunicação (VPEIC/Fiocruz), serão promovidos em conjunto, durante os próximos cinco anos, pesquisas,

conferências, seminários, intercâmbio de professores e alunos, cursos e divulgação de publicações acadêmicas sobre saúde e cuidados à saúde. “Durante o seminário de erradicação da varíola, ocorrido na Fiocruz, a VPEIC optou por ampliar a parceria já existente com York focando, dessa vez, nessas quatro temáticas, áreas nas quais as duas instituições são fortes e realizam um trabalho consistente”, disse Nísia Lima, vice-presidente de Ensino, Informação e Comunicação da Fiocruz. O vice-reitor da Universidade de York, Brian Cantor, atentou para a importância das temáticas escolhidas como foco da parceria, destacando o papel desempenhado pela história das ciências para o desenvolvimento dos setores de saúde. “Optamos pelo tema tecnologia e inovação por ser uma área ainda não amplamente estudada e que precisa ser mais bem compreendida. Já a história das ciências em saúde foi esco-

lhida por ser uma temática que vai nos ajudar a aprender o que deu certo no passado e o que não funcionou. Como as duas instituições têm um *know how* nessas áreas, optamos por trabalhá-las”, explicou.

Também presente na ocasião, o coordenador técnico do Cris, José Roberto Ferreira, sugeriu a participação da Universidade de York nas ações de cooperação entre a Fiocruz e países africanos e sul americanos. Os visitantes se mostraram interessados com a proposta. “Foi importante chamarmos atenção dos representantes de York para a área de administração de saúde, principalmente no que diz respeito ao aperfeiçoamento dos sistemas nacionais de saúde, uma das áreas prioritárias da Fiocruz”, ressaltou.

Durante o encontro, ficou acordado que será formada uma comissão com representantes das duas instituições para a definição de interesses específicos da parceria, além da realização, nos próximos dois anos, de um seminário para o desencadeamento de programas conjuntos. Além de atividades no campo da história em saúde, a Fiocruz e a Universidade de York já desenvolvem ações de cooperação na área de imunologia, neurociências e revisões sistemáticas.

Durante o encontro, ficou acordado que será formada uma comissão com representantes das duas instituições para a definição de interesses específicos da parceria, além da realização, nos próximos dois anos, de um seminário para o desencadeamento de programas conjuntos. Além de atividades no campo da história em saúde, a Fiocruz e a Universidade de York já desenvolvem ações de cooperação na área de imunologia, neurociências e revisões sistemáticas.

Durante o encontro, ficou acordado que será formada uma comissão com representantes das duas instituições para a definição de interesses específicos da parceria, além da realização, nos próximos dois anos, de um seminário para o desencadeamento de programas conjuntos. Além de atividades no campo da história em saúde, a Fiocruz e a Universidade de York já desenvolvem ações de cooperação na área de imunologia, neurociências e revisões sistemáticas.

Saúde, equidade e direitos humanos serão foco de cooperação

Danielle Monteiro

O presidente da Fiocruz, Paulo Gadelha, e a reitora da Universidade de Michigan (Estados Unidos), Mary Sue Coleman, firmaram, em 27 de setembro, parceria para o estabelecimento de um programa interdisciplinar de colaboração sobre saúde, equidade e direitos humanos. O objetivo do acordo, assinado por intermédio do Cris/Fiocruz e da VPEIC/Fiocruz, é promover, durante os próximos cinco anos, atividades conjuntas de pesquisa, conferências, seminários, cursos, intercâmbio de docentes e discentes com foco em áreas prioritárias do programa Ciências Sem Fronteiras, e disseminar publicações acadêmicas no campo da saúde e da atenção à saúde.

As pesquisas terão como foco os determinantes sociais da saúde, estudos de gênero e de disparidades raciais, o desenvolvimento da atenção à saúde no campo de atenção primária e saúde da mulher, a história da saúde e ciências médicas, estudos sobre doenças crônicas não transmissíveis e o impacto das mudanças climáticas na saúde. “Essa escolha das temáticas que serão trabalhadas na parceria é resultado de um trabalho conjunto feito por grupos de pesquisadores da Fiocruz e da Universidade de Michigan e reúne áreas de pesquisa que são tradição de estudo das duas instituições, o que torna essa cooperação ainda mais fortalecida”, explicou Gadelha. Para Coleman, o encontro é uma oportunidade para a Fiocruz

e a Universidade de Michigan estreitar e fortalecer relações. “A universidade está se expandindo e avançando em suas cooperações internacionais, por isso, é muito importante aprofundarmos nosso relacionamento com a Fiocruz, que é uma instituição de referência nessas áreas de pesquisa”, declarou.

O coordenador técnico do Cris, José Roberto Ferreira, durante o encontro refletiu sobre a importância das temáticas trabalhadas no acordo. “Os determinantes sociais da saúde e o desenvolvimento sustentável são temas aos quais estamos igualmente dedicando grande atenção, não só pelas duas conferências mundiais realizadas sobre as duas temáticas no Rio de Janeiro em 2011 e 2012, como também pela sua importância no âmbito de nossa cooperação sul-sul com a América Latina e África”, afirmou.



A presidente da Universidade de Michigan, Mary Sue Coleman, durante encontro com gestores da Fiocruz

Mais detalhes sobre a parceria serão definidos em um simpósio que deve ser realizado em maio do próximo ano, na Fiocruz, no Rio de Janeiro, com a presença de especialistas das duas instituições. A partir do encontro, serão formados grupos menores para trabalhar os interesses mais específicos do acordo.

CRIS INFORMA #2 | OUTUBRO DE 2012 - Expediente

Coordenadoria de Comunicação Social (CCS) | Edição e redação: Danielle Monteiro com colaboração de Thiago Oliveira | Projeto gráfico e edição de arte: Guto Mesquita | Fotografia: Peter Illiciev e Arquivo CCS | Desenho da capa: Rodrigo Carvalho | Contato: Danielle Monteiro - Tel: (21) 3885-1065 - E-mail: danimonteiro@fiocruz.br

Paulo Buss recebe prêmio da Opas/Pahef por excelência na atuação em saúde pública



O ex-presidente da Fiocruz e coordenador do Cris, Paulo Buss, com os outros vencedores do Prêmio (foto: Pahef)

O coordenador geral do Cris e ex-presidente da Fundação, pediatra e sanitarista Paulo Buss, nomeado pela Organização Pan-Americana da Saúde (Opas), recebeu o *Prêmio Abraham Horwitz 2012*, oferecido pela Fundação Pan-Americana de Saúde e Educação (Pahef). Acompanhado pelo presidente da Fundação, Paulo Gadelha, na cerimônia de premiação, que ocorreu dia 17 de setembro durante abertura da Conferência Pan-Americana da Saúde em Washington (Estados Unidos), Buss foi prestigiado na categoria *Excelência na Liderança em Saúde Pública nas Américas*.

"Com muita honra recebo o *Prêmio Abraham Horwitz 2012* da Opas e da Pahef", declarou Paulo Buss. "O dr. Horwitz foi um dos maiores sanitaris-

tas das Américas e líder da saúde pública do continente americano. Sua memória está perpetuada neste Prêmio, do qual procurarei ser muito digno. Como sanitarista brasileiro, quero compartilhar o honroso Prêmio que me foi concedido com todos os colegas da Fiocruz, da Abrasco e da saúde pública do nosso país, com quem militei e com quem aprendi", complementou.

Criado em 1975, o *Prêmio Abraham Horwitz* objetiva reconhecer as contribuições realizadas por líderes na área da saúde pública, que com dedicação, criatividade e compromisso também estimulam outros profissionais a efetuar melhorias no campo na região das Américas. Além disso, a premiação visa inspirar outros profissionais da saúde pública e chamar atenção sobre as preocupações referentes

à área em todo o continente americano. Paulo Buss é o sexto brasileiro homenageado desde 1978. Em 2011, quem recebeu o prêmio na mesma categoria foi o pediatra e especialista em saúde global e controle de doenças tropicais negligenciadas, Peter Jay Hotez, dos Estados Unidos. Para Buss, além de representar um reconhecimento pessoal, o prêmio consiste na valorização do trabalho institucional da Fiocruz. "Isolado, ninguém faz nada. Faço parte de uma coletividade que é a Fiocruz, que tem dado respostas brilhantes na cooperação internacional em saúde", afirmou.

Confira o discurso do coordenador do Cris durante a premiação em www.fiocruz.br/ccs/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=4884&sid=9

Fonte: Agência Fiocruz de Notícias

Parceria vai capacitar profissionais em reconhecimento precoce para dengue

Danielle Monteiro e Marina Lemle

A Fiocruz e a organização médico-humanitária Médicos Sem Fronteiras (MSF/Brasil) assinaram um acordo de cooperação bilateral que prevê ações, durante os próximos cinco anos, nos campos de atenção à saúde e apoio técnico, qualificação e treinamento, pesquisa operacional e elaboração de materiais científicos. A parceria entre as duas instituições, que iniciaram relações por intermédio do Cris/Fiocruz, foi firmada no dia 24 de setembro pelo presidente da Fiocruz, Paulo Gadelha, e o dirigente da MSF/Brasil, José Mauro Gonçalves Nunes, durante o Congresso Internacional de Medicina Tropical e Malária, no Rio de Janeiro.

Com a assinatura do termo de cooperação, firmado por meio da Vice-Presidência de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde (VPAAPS/Fiocruz) e da Unidade Médica Brasileira (Brazilian Medical Unit - BRAMU), será dada continuidade aos cursos internacionais de dengue e mal de Chagas, que ocorrem anualmente desde 2010 e são voltados a profissionais de diferentes perfis da Médicos Sem Fronteiras.

“Ao firmar essa parceria, a Fiocruz ampliará mais uma vez um de seus principais compromissos, que é disseminar e compartilhar conhecimentos e tecnologias que contribuam para a promoção da saúde e da qualidade de vida das pessoas. Temos certeza de que, com a união da expertise das duas instituições, vamos contribuir para reduzir a mortalidade por doenças negligenciadas, como dengue e mal de Chagas, em diversos países”, declarou Gadelha. Para Nunes, a cooperação consolida uma relação entre as duas instituições e vai ampliar o espaço de atuação de ambas. “Teremos um intercâmbio de saberes, sinergia e integração de práticas e conhecimentos. A experiência da MSF no mundo será compartilhada com a Fiocruz e assim esperamos que esta parceria inspire novas cooperações”, disse.

Os dois cursos, um específico para cada doença, terão duração de uma semana cada e serão realizados



A atuação da organização Médicos Sem Fronteiras no Congo, África
Foto: Médicos Sem Fronteiras

no final desse ano, na Fiocruz, no Rio de Janeiro, em data ainda a ser definida. Mais adiante, a iniciativa será levada aos profissionais da MSF em outros países da América Latina. A novidade é que, como parte da programação do Curso Internacional de Dengue, os médicos e enfermeiros participantes serão capacitados *in loco* por profissionais da Fiocruz no reconhecimento precoce em 15 minutos dos sinais de alarme para dengue grave, por meio de metodologia elaborada pelo Ministério da Saúde e a Universidade Aberta do SUS (UNA-SUS). A meta é tornar os participantes multiplicadores da técnica. Segundo a coordenadora da Médicos Sem Fronteiras no Brasil, Maria Carolina Batista dos Santos, epidemias de dengue já surpreenderam a MSF na África e Ásia, e a capacitação *in loco* terá um impacto muito grande com a replicação dos conhecimentos.

A Médicos Sem Fronteiras, por sua vez, vai compartilhar com a Fiocruz sua expertise em situações de desastres naturais e na vigilância epi-

demiológica de pandemias e epidemias. Além da cooperação nas áreas de pesquisa e ensino, a parceria ainda prevê a produção de publicações científicas sobre a experiência da Médicos Sem Fronteiras em epidemias de dengue e de artigo sobre o impacto do fluxo migratório de haitianos nas políticas públicas de saúde do Brasil e no Sistema Único de Saúde (SUS).

Acordos Fiocruz – MSF

A cooperação entre a Fiocruz e a Médicos Sem Fronteiras é de longa data. Em 2005, as duas instituições firmaram parceria para apoio dos projetos da MSF-Espanha na América Latina. Em 2007, a Fiocruz capacitou microscopistas da MSF na Amazônia; e em 2010 e 2011, promoveu, por meio do IOC/Fiocruz e do Ipec/Fiocruz, um curso sobre dengue e mal de Chagas voltada a médicos, enfermeiros, técnicos de laboratório e profissionais da área de controle vetorial da organização médico-humanitária.

Acordo une Fiocruz e DNDi

Mais um passo foi dado no combate às enfermidades que atingem países em desenvolvimento. No dia 24 de setembro, durante a cerimônia de abertura do 18º Congresso Internacional de Medicina Tropical e Malária (ICTMM, na sigla em inglês) e 48º Congresso da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical no Rio de Janeiro, o Ministério da Saúde assinou acordo com a Fiocruz e a *iniciativa* Medicamentos para Doenças Negligenciadas (DNDi, na sigla em inglês) América Latina para colaboração conjunta em pesquisa e desenvolvimento para novas terapias e diagnósticos voltados a doenças negligenciadas. A parceria foi firmada pelo secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do MS, Carlos Gadelha, o presidente da Fiocruz, Paulo Gadelha, e o diretor-executivo da DNDi América Latina, Eric Stobbaerts. O acordo faz parte da estratégia para P&D em doenças negligenciadas definida no começo do ano pelo MS com o objetivo de impulsionar inovações voltadas a essas enfermidades e providenciar novas ferramentas de saúde para os programas de saúde pública no Brasil.

DNDi

A *Iniciativa* Medicamentos para Doenças Negligenciadas (DNDi, na sigla em inglês) é uma organização sem fins lucrativos de pesquisa e desenvolvimento de medicamentos para doenças negligenciadas como doença do sono, doença de Chagas, malária, leishmaniose, entre outras enfermidades. Foi criada em 2003 pela organização Médicos Sem Fronteiras, Fiocruz, Conselho Indiano de Pesquisa Médica (ICMR), Instituto de Pesquisa Médica do Quênia (KEMRI), Ministério da Saúde da Malásia e Instituto Pasteur da França. A DNDi já entregou seis novos tratamentos para pacientes com doenças negligenciadas. A organização tem sede em Genebra, Suíça, e possui escritórios no Brasil, Quênia, Índia, Malásia, Japão, República Democrática do Congo e uma filial nos EUA.

Fonte: www.dndi.org



A atuação da DNDi no combate à malária na Amazônia
Foto: João Roberto Ripper

Técnicos haitianos retornam a seu país após estágio em laboratório brasileiro

Gabriel Cavalcanti

Os técnicos do Laboratório Nacional de Saúde Pública (LNSP) do Haiti, Amos Benjamin e Carl Jean-Baptiste, retornaram a seu país, no último dia 23, após um estágio de dois meses no Ipec/Fiocruz. Uma cerimônia para a entrega das declarações de conclusão do estágio foi realizada no Cris/Fiocruz, no dia 21 de setembro, e contou com a presença, entre outros participantes, do assessor técnico da Cooperação Tripartite no âmbito do Cris, Carlos Linger, e do gerente de qualidade do Serviço de Integração e Atividades Laboratoriais do Ipec, Douglas Baeta.

A visita técnica, promovida pela Cooperação Tripartite Brasil-Cuba-Haiti, está inserida no objetivo maior do projeto, que é fortalecer o sistema de saúde haitiano. Benjamin e Jean-Baptiste, tecnólogos médicos no LNSP há mais de dez anos, vão chefiar dois novos laboratórios regionais no Haiti, cuja construção foi financiada pelo Brasil. Os laboratórios têm, entre outros objetivos, descentralizar o laboratório da capital Porto Príncipe e continuar promovendo a descentralização do sistema de saúde pública haitiano. Jean-Baptiste aproveitou o encontro para

agradecer pelo apoio e afirmou que a oportunidade foi muito importante para eles pessoalmente e para o Haiti como um todo. Segundo ele, os dois foram muito bem recebidos nos laboratórios da Fiocruz e especialmente no Ipec, onde receberam, para levar a seu país, todo o material a que tiveram acesso, com fichas e manuais que estão sendo traduzidos para o francês.

Adaptação à realidade haitiana

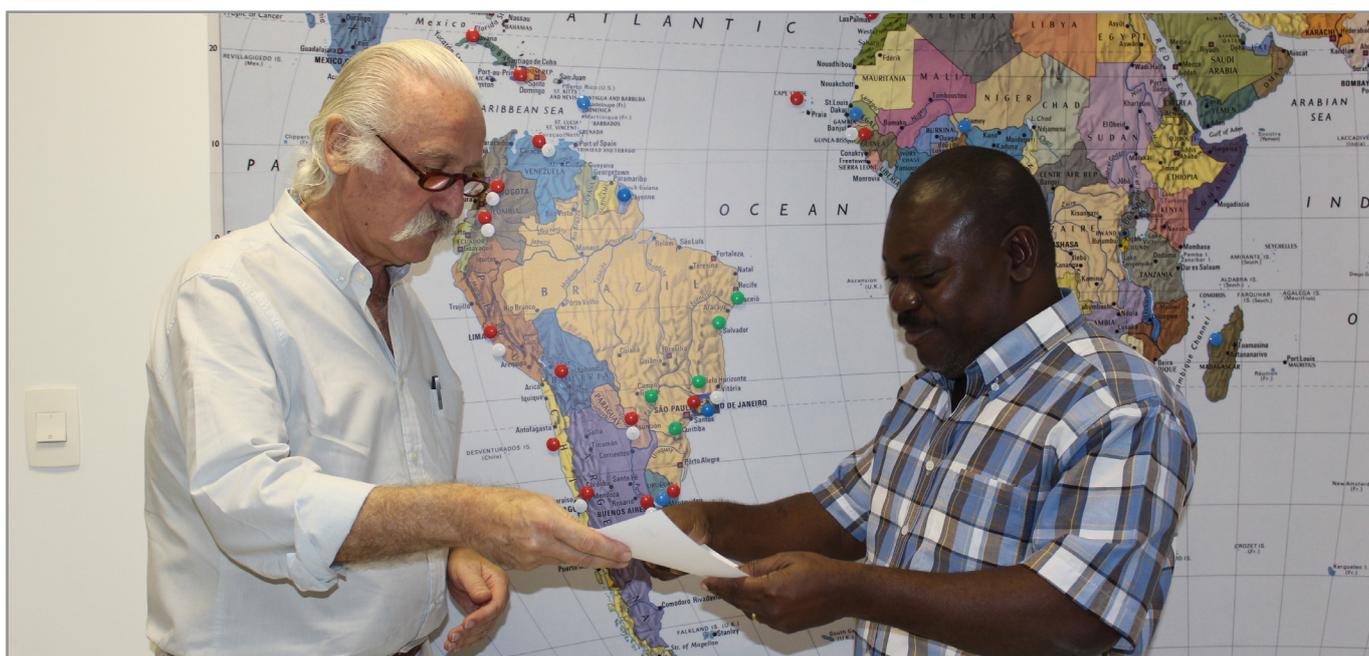
Durante o estágio, os técnicos puderam observar os métodos de trabalho nos laboratórios clínicos do Ipec e trabalhar com especialistas da Fiocruz em temas relacionados ao sistema de qualidade. “Nos relatórios que estamos fazendo, enfatizamos a questão dos conhecimentos que estamos levando para o Haiti. Conhecemos o sistema de qualidade em laboratórios e o sistema sanitário brasileiro em geral e poderemos aplicar e adaptar o que aprendemos na realidade haitiana” relatou Benjamin.

“Eles vieram com muita vontade e são pessoas de boa qualificação. O Haiti tem gente muito bem preparada”, explicou Linger. Segundo ele, como os tecnólogos foram treinados

no Brasil para gerenciar cada um dos laboratórios, é preciso que eles conheçam não somente os instrumentos de gestão, administração e qualidade, mas também os conhecimentos técnicos próprios das doenças com as quais vão lidar. “Fizemos um *mix* no estágio deles. Uma parte foi dedicada a aprimorar sua capacidade de gestão e, em uma segunda etapa, foi mostrado a eles o que se está fazendo nos laboratórios brasileiros para se analisar o que eles poderiam levar para o Haiti”, revelou.

Cooperação Tripartite em Saúde no Haiti

Firmada em 2010 pelos governos do Brasil, Haiti e Cuba com vistas ao fortalecimento do sistema de saúde e de vigilância epidemiológica haitianos, a Cooperação Tripartite em Saúde no Haiti é coordenada no Brasil pelo Ministério da Saúde brasileiro, por meio da Assessoria de Relações Internacionais (AISA/MS) e da Secretaria Executiva, com apoio da Fiocruz - através do Cris, Canal Saúde, Icict e Ensp - e das Universidades Federais do Rio Grande do Sul (UFRGS) e de Santa Catarina (UFSC). Para saber mais sobre as iniciativas da cooperação, acesse <http://www.cooptripartite.icict.fiocruz.br/>



Carlos Linger, assessor técnico da Cooperação Tripartite em Saúde no Haiti no âmbito do Cris, entrega a declaração de conclusão de estágio ao tecnologista médico Carl Jean-Baptiste. **Foto:** Gabriel Cavalcanti

Princesa da Dinamarca visita IFF para conhecer o trabalho dos Bancos de Leite



O IFF sedia o Centro de Referência Nacional e Iberoamericano de Bancos de Leite Humano (BLHs). **Foto:** André Azevedo

Aline Câmara

O Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira (IFF/Fiocruz) recebeu, no último dia 20, Sua Alteza Real Mary, princesa da Dinamarca, e o ministro para Igualdade de Gênero e Assuntos Eclesiásticos, Manu Sareen. Engajada em causas sociais de promoção da saúde da mulher e da criança, a princesa reservou parte de sua agenda no Brasil para conhecer o trabalho desenvolvido pelo Centro de Referência Nacional e Iberoamericano de Bancos de Leite Humano (BLHs). Na ocasião, a madrinha da campanha de mobilização pela criação do Dia Mundial de Doação de Leite Humano no Brasil, a atriz Maria

Paula Fidalgo, explicou à princesa o significado desta ação: salvar a vida de recém-nascidos no mundo.

O presidente da Fiocruz, Paulo Gadelha, o diretor do IFF, Carlos Maciel, o coordenador da Rede Brasileira e Iberoamericana de Bancos de Leite Humano, João Aprígio, acompanharam a princesa pelas instalações do BLH, onde ela teve contato com gestantes, mães de prematuros receptores de leite humano, doadoras e nutrizas que buscam apoio para amamentar diretamente seus filhos. A princesa também conheceu as etapas do processamento e da pasteurização do leite humano. Após a visita, ela foi ao encontro de mães atendidas pelo IFF, na área externa. No local, assistiu a um vídeo com as ações de cooperação internacional do ins-

tituto em 23 países para a implementação de BLHs e, em seguida, interagiu com BLHs de países da América Latina, África e Europa, via teleconferência. O encontro, cujo cerimonial contou com o apoio do Cris, foi encerrado com a apresentação de um musical infantil alusivo à importância da criação do Dia Mundial de Doação de Leite Humano, tendo como mote "Leite humano: uma receita milenar".

A Rede Brasileira de Bancos de Leite Humano

Criada por iniciativa do Ministério da Saúde e da Fiocruz, a Rede Brasileira de Bancos de Leite Humano (rBLH-BR) é a maior e mais com-

plexa do mundo, sendo composta por 210 BLHs em operação. Os resultados alcançados anualmente com a prestação de serviços e a produção de leite humano evidenciam o impacto positivo de sua atuação no campo da saúde materno-infantil brasileira. Por ano, mais de 160 mil litros de leite humano pasteurizado com qualidade certificada são distribuídos a mais de 158 mil recém-nascidos internados em unidades de terapia intensiva e semi-intensiva.

Os BLHs têm historicamente exercido papel importante na assistência à saúde materno-infantil no Brasil. Sua trajetória no país pode ser dividida em três períodos distintos, assim demarcados: 1983/1984 - fase inicial de consolidação com a implantação da primeira unidade; 1985/1997 - ampliação da forma de atuação, com a incorporação de atividades de promoção, proteção e apoio à amamentação; e a partir de 1998 - o desenvolvimento do projeto da rBLH-BR, com sede no IFF, cujo modelo instala um processo de crescimento pautado na descentralização e na construção de competência técnica nos estados e municípios.



Sua Alteza Real Mary e a madrinha da campanha de mobilização pela criação do Dia Mundial de Doação de Leite Humano no Brasil, a atriz Maria Paula Fidalgo. **Foto:** Peter Illiciev

Encontro debate as dimensões bioéticas na cooperação sul-sul em saúde

Danielle Monteiro

A perspectiva bioética no escopo da cooperação sul-sul em saúde foi uma das temáticas debatidas no *Encontro às Quintas*, promovido pelo Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da COC/Fiocruz. O evento, ocorrido no último dia 13, teve como palestrante José Paranaguá de Santana, coordenador do Núcleo de Estudos sobre Bioética e Diplomacia em Saúde (Nethis), que reúne o Cris, a Universidade de Brasília (UNB) e a Organização Pan-americana de Saúde (OPAS). Como debatedor, esteve presente o médico Henri Eugene Jouval, coordenador-técnico do Instituto Sul-Americano de Governo em Saúde da União de Nações Sul-Americanas (Isags/UNA-SUL). Ao discorrer sobre a pesquisa que resultou na sua tese de doutorado intitulada *Cooperação Sul — Sul na área da saúde: dimensões bioéticas*, Paranaguá propôs soluções para tornar a cooperação internacional uma via de superação das desigualdades e injustiças que crescem progressivamente entre diferentes países ante o desenvolvimento do conhecimento científico, das tecnologias e inovações.

“À medida que a humanidade aprendeu a desenvolver mais conhecimento científico e tecnologias, o número de miseráveis e pessoas desprovidas de condições dignas de vida cresceu. Isso representa um paradoxo”, alertou Paranaguá, que também é mestre em Medicina Tropical, com doutorado em ciências da saúde pela UNB. Para ele, as questões relacionadas à saúde, ante as desigualdades dos sistemas nacionais de ciência, tecnologia e inovação, se caracterizam como potenciais conflitos bioéticos, resultando em desafios no campo das relações internacionais. “A cooperação internacional está submetida às condicionalidades decorrentes dos interesses que demarcam as relações entre os países”, alertou.

Para enfrentar esses desafios, Paranaguá propôs a bioética da intervenção como referencial para a análise da cooperação internacional em saúde e defendeu a confluência en-



José Paranaguá, à esquerda, na palestra *A perspectiva bioética no escopo da cooperação sul-sul*. Foto: Roberto Jesus Oscar (COC/Fiocruz)

tre a bioética, a saúde pública e a diplomacia na cooperação em saúde entre os países. Segundo ele, essas três áreas científicas, quando correlacionadas, podem contribuir para a redução das desigualdades e injustiças relacionadas às condições de vida e saúde entre as diferentes nações. “É necessária uma contribuição interdisciplinar para a formulação, execução e avaliação da cooperação internacional, balizadas pela solidariedade, consenso e equidade das relações entre os países irmanados ante a situação atual e as tendências da saúde no mundo”, destacou.

Paranaguá também ressaltou a importância do papel da Academia na criação de um campo de conhecimento que correlacione a bioética da intervenção, a saúde pública e as relações internacionais, e, conseqüentemente, dê subsídios a políticas públicas e decisões governamentais. Durante pesquisa para sua tese, ele verificou que, embora haja interseções entre esses três campos científicos, eles são abordados isoladamente em artigos científicos, em documentos oficiais de cooperação entre países, em investigações e na formação de recursos humanos. “Essa correlação entre saúde pública,

relações internacionais e bioética, que faz parte da construção doutrinária tanto da saúde pública quanto das relações internacionais, não aparece de forma expressiva na produção científica”, avaliou.

Ao analisar a cooperação sul-sul, Paranaguá destacou que nesse tipo de parceria devem ser levados em conta a autonomia versus a dependência nos processos de cooperação, além das disparidades nos sistemas nacionais de ciência, tecnologia e inovação e a mediação das agências intergovernamentais, as quais, para ele, devem assumir a correlação existente entre a bioética, a saúde pública e a diplomacia e pensar suas ações a partir de um foco interdisciplinar entre essas três áreas científicas. Para a construção de um novo campo de conhecimento que interligue essas três temáticas, o Nethis criou um site com orientação editorial interdisciplinar (www.bioeticaediplomacia.org), uma biblioteca virtual sobre bioética e diplomacia em saúde (www.bioeticaediplomacia.bvs.br) e ainda tem realizado estudos sobre bioética e cooperação sul-sul em saúde além de atividades interdisciplinares em congressos e reuniões científicas.

Cooperação Tripartite Brasil-Cuba-Haiti promove curso para epidemiologistas haitianos



Atividade com profissionais haitianos durante o primeiro módulo do curso de epidemiologia, realizado em julho. **Foto:** Mayna de Ávila

Danielle Monteiro

A Cooperação Tripartite Brasil-Cuba-Haiti promoveu, entre os dias 12 e 21 de setembro, em Artibonite, Haiti, mais um módulo do curso de epidemiologia destinado a técnicos dos dez departamentos sanitários do país caribenhos. O curso foi ministrado por profissionais da Direção de Epidemiologia e Laboratórios de Pesquisa (DELR) do Ministério da Saúde e da População do Haiti (MSPP), em parceria com a Fiocruz e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). O principal objetivo é fortalecer o sistema de saúde haitiano, formando profissionais para atuar nos Espaços de Educação e Informação em Saúde, que serão construídos no país caribenho para a análise sistemática da situação de saúde da população.

O primeiro módulo do curso, ocorrido em julho, abordou a história das práticas sanitárias no Haiti. Já o segundo módulo tratou da temática Modelos de Atenção à Saúde e foi dirigido a 37 profissionais. Com uma metodologia participativa, integrada e construída em conjunto pela Fiocruz, UFRGS e MSPP, o curso é baseado no modelo de cooperação estruturante,

que incentiva o conhecimento bidirecional, horizontal e compartilhado. "Elaboramos esses módulos de forma que estejam adequados à realidade e necessidades do Haiti, com participação, inclusive, de atores diretamente envolvidos nos temas abordados", destaca a professora da UFRGS, Stela Meneghel, que ministrou o curso juntamente com a epidemiologista Joyce Mendes, da Ensp/Fiocruz.

Segundo o assessor da coordenação do projeto no âmbito do Cris, Vincent Brignol, além de apoiar a qualificação dos profissionais em saúde, a iniciativa vai fortalecer o nível periférico do sistema de saúde haitiano. "O curso vai contribuir para a descentralização do sistema de saúde haitiano e, ao mesmo tempo, manter e fortalecer o MSPP como coordenador da área de saúde no país", diz. Para o professor Alcindo Ferla, um dos coordenadores do projeto na UFRGS, a iniciativa é de fundamental importância, pois materializa uma área estratégica da Cooperação Tripartite Brasil-Cuba-Haiti e envolve um conjunto essencial de trabalhadores do sistema de saúde local. "Essa experiência será um grande aprendizado para todos os envolvidos, inclusive, para a equipe brasileira", afirma.

Oportunidades de treinamento



Doutorado e pós-doutorado na Sorbonne

Mais uma oportunidade para estudantes brasileiros do programa Ciências Sem Fronteiras. A Universidade Sorbonne, em Paris, está oferecendo vagas para doutorado e pós-doutorado nas áreas de Pesquisa Biomédica. Mais informações sobre as áreas de pesquisa e a estrutura do laboratório podem ser encontradas no site <http://www.univ-paris13.fr/li2p/>. Os interessados devem entrar em contato pelo e-mail: natacha.bessis@univ-paris13.fr

Prêmio Príncipe Mahidol

Estão abertas, até o dia 18 de novembro, as inscrições para a indicação de candidatos ao Prêmio Príncipe Mahidol 2013, que contempla indivíduos ou instituições com trabalhos relevantes nos campos da medicina e saúde pública. O evento, cujo tema desse ano é *Um mundo unido contra doenças infecciosas: soluções transversais*, possui duas categorias de premiação: Vídeo digital e Mídia 2D. Os interessados devem informar o nome do trabalho e o ano de criação, técnicas, extensão do trabalho e demais indicativos para homologação da candidatura.

Mais informações : www.pmaconference.mahidol.ac.th



Da esquerda para a direita: Alejandra Roa (Nethis), Luiz Eduardo Fonseca (Cris), Roberta Santoro (Nethis), Thiago Cunha (Nethis), Samira Santana (Nethis), José Roberto Ferreira (Cris), José Paranaguá (Nethis), Rejane Cruz (Nethis), Susana Damasceno (Nethis), Neilia (Nethis), Cecília Lopes (Nethis), Rafael Schleicher (Nethis) e Felipe Baptista (Nethis). **Foto:** Cecília Lopes (Nethis)

Relações fortalecidas entre Nethis e Cris

A presença do Núcleo de Estudos sobre Bioética e Diplomacia em Saúde (Nethis) na Fiocruz se estendeu à palestra A perspectiva bioética no escopo da cooperação sul-sul, realizada em 13 de setembro. Ainda no mesmo dia, pesquisadores do Nethis, que teve a Fiocruz, por intermédio do Cris, como uma de suas fundadoras, estiveram em visita à Fundação. Em encontro com membros da equipe do Cris, eles apresentaram o Núcleo de Estudos e conheceram as atividades do

Centro de Relações Internacionais em Saúde da Fiocruz.

Durante o encontro, o coordenador técnico do Cris, José Roberto Ferreira, que já realizou cerca de 140 trabalhos sobre temas relacionados à saúde e foi um dos primeiros autores a escrever sobre cooperação sul-sul, falou sobre os conceitos dos diferentes modelos de cooperação. O coordenador do Nethis, José Paranaguá, por sua vez, discorreu sobre o escopo do trabalho do Núcleo de Estudos

e seus seis eixos de atuação: realização dos Ciclos de Debates sobre Bioética, Diplomacia e Saúde Pública; consolidação da Biblioteca Virtual – Bioética e Diplomacia em Saúde; participação em congressos e eventos científicos; portal de divulgação das atividades e pesquisas do Nethis; promoção de investigações e publicações; e redes colaborativas de intercâmbio de conhecimento.

Fonte: Núcleo de Estudos sobre Bioética e Diplomacia em Saúde

Visita dos presidentes da OMPI e INPI



O presidente da Fiocruz, Paulo Gadelha, e o presidente da OMPI, Francis Gurry

Danielle Monteiro

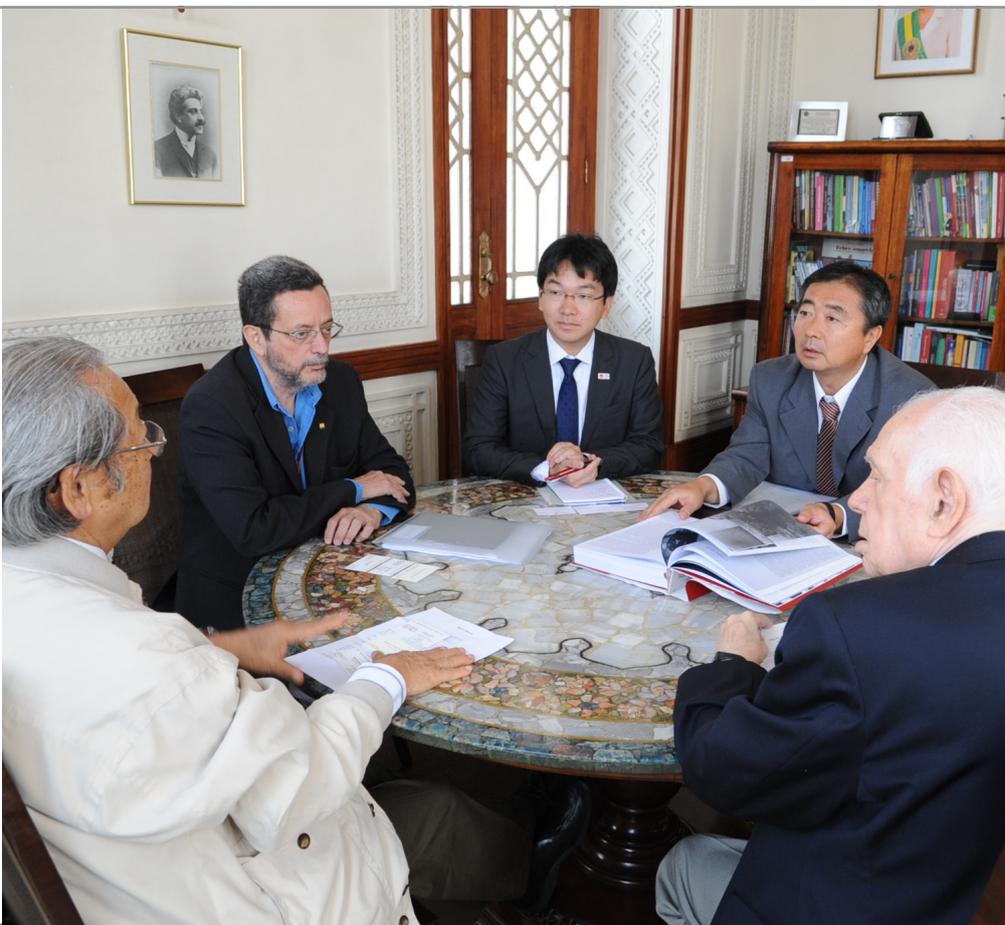
A Fiocruz recebeu, no dia 12 de setembro, a visita do presidente da Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI), Francis Gurry, e do dirigente do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), Jorge Ávila. No encontro, que contou com a presença do presidente da Fundação, Pau-

lo Gadelha, e do vice presidente de Produção e Inovação em Saúde da Fundação, Jorge Bermudez, foram delineadas possibilidades de novas parcerias com as instituições, inclusive no âmbito da cooperação sul-sul.

Para Gadelha, o encontro incentiva a discussão sobre a relação existente entre propriedade intelectual e equidade e acesso à saúde. “Vamos

discutir como a questão da geração de patentes, por meio da relação entre a Fiocruz e a OMPI, pode ser trabalhada de forma que os países da África e América do Sul se beneficiem desse processo”, explicou. Segundo Ávila, a OMPI pode dar uma grande ajuda nas iniciativas nas quais a Fiocruz tem colaboração internacional, justamente por ser um locus de encontro entre diferentes países e estruturas legais de produção da propriedade intelectual. “A OMPI pode contribuir para que essas parcerias desenvolvidas pela Fiocruz com países em desenvolvimento possam ter seus resultados adequadamente protegidos e com suas patentes preservadas”, disse.

Gurry destacou que a integração da Fiocruz ao consórcio mundial WIPO Re:Search, lançado em 2011 pela OMPI a fim de assegurar o acesso em escala global a medicamentos para doenças negligenciadas, foi o fator que mais motivou sua visita à Fundação. “A área de saúde e propriedade intelectual é bem complexa. Encontrar o equilíbrio entre o incentivo à inovação e a divisão dos benefícios sociais dessa inovação é difícil. Esse encontro serve como um pontapé inicial para essa discussão”, avaliou.



O cônsul do Japão, Masuru Watanabe, com seus assistentes, o coordenador técnico do Cris, José Roberto Ferreira, o diretor do Conselho Consultivo da Ensp, Akira Homma, e o vice-presidente de Produção e Inovação em Saúde da Fundação, Jorge Bermudez.

Novas possibilidades de parceria com o Japão

Danielle Monteiro

Com o intuito de ampliar as parcerias já existentes com o Japão e discutir novas possibilidades de cooperação com o país asiático, representantes da Fiocruz se reuniram, no dia 10 de setembro, com o novo cônsul geral japonês Masuru Watanabe. Na ocasião, o cônsul destacou o protagonismo da Fiocruz em cooperações internacionais que visam ao fortalecimento dos sistemas de saúde africanos e mostrou interesse por essas parcerias.

“Essa reunião vai servir para estabelecermos as prioridades da Fiocruz e do governo japonês no âmbito da cooperação internacional. Gostaríamos de firmar parcerias não somente bilaterais com a Fundação, mas também triangulares, incluindo Angola e outros países africanos”, destacou Watanabe. Também presente no encontro, o vice presidente de Produção e Inovação em Saúde (VPPIS/Fiocruz), Jorge Bermudez, chamou atenção para a tradição de cooperação da Fiocruz

com o Japão há mais de 50 anos, principalmente na área de produção de vacinas, e disse que o encontro servirá como estímulo para o estabelecimento de parcerias inclusive em áreas de cooperação que ainda não contam com a participação do país asiático. “Eles se mostraram interessados em estabelecer parcerias nas áreas de doenças não transmissíveis, tropicais e negligenciadas e pretendem nos dar um reforço em nossa cooperação com a África”, afirmou.

Já o coordenador técnico do Cris, José Roberto Ferreira, destacou os campos de pesquisa e produção de vacinas como áreas prioritárias para o estabelecimento de novas parcerias com o país asiático e propôs a participação do Japão na criação da Rede de Escolas de Formação Técnica em Saúde, que já conta com o apoio de outros países. “Mais adiante vamos sugerir a participação do Japão em cooperações que a Fundação mantém com países da América do Sul, pois eles ainda não têm parceria conosco nessa área”, revelou.

Eleita nova diretora da OPAS/OMS

A atual vice-diretora de Sistemas e Serviços de Saúde da Organização Mundial da Saúde (OMS), Carissa Etienne, é a nova diretora da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS/OMS). Em eleição realizada durante a 28ª Conferência Sanitária Pan-Americana, ocorrida entre 17 e 21 de setembro em Washington (EUA), Etienne foi escolhida para ocupar o cargo, que assume em 1º de fevereiro de 2013 por um mandato de cinco anos. A nova dirigente, que é nativa da República Dominicana, é formada em medicina e cirurgia pela Universidade de West Indies e possui mestrado em saúde comunitária e diploma honorário em saúde pública pela London School of Hygiene and Tropical Medicine.

Fonte: Organização Pan-Americana da Saúde

Exposição marca sucesso de cooperação

Em comemoração ao sucesso da cooperação entre a Fiocruz e países africanos e à aprovação em 2012, pelo Congresso Nacional brasileiro, da abertura do primeiro escritório internacional da Fundação, localizado em Moçambique, o Museu da Vida inaugurou, no último dia 17, a exposição O Corpo na Arte Africana. A mostra, que vai se estender até o início de 2013, reúne coleções formadas pelos pesquisadores Wilson Savino, Wim Degrave, Rodrigo Corrêa de Oliveira e Paulo Sabroza, todos participantes das missões da Fiocruz ao continente africano.

A exposição conta com 140 obras de arte divididas em cinco módulos: Corpo individual & Corpos múltiplos, Sexualidade & Maternidade, A modificação e a decoração do corpo, O corpo na decoração dos objetos e Máscaras como manifestação cultural. Ainda estão sendo exibidas 14 fotografias cedidas pelo colecionador francês Gérard Lévy, com registros datados entre o final do século 19 e o início do século 20. A visitação é gratuita e pode ser feita de terça a sexta-feira, das 9h às 16h30, por grupos agendados, e aos sábados, das 10h às 16h, sem necessidade de agendamento. Mais informações: (21) 2590-6747 e recepcaomv@coc.fiocruz.br

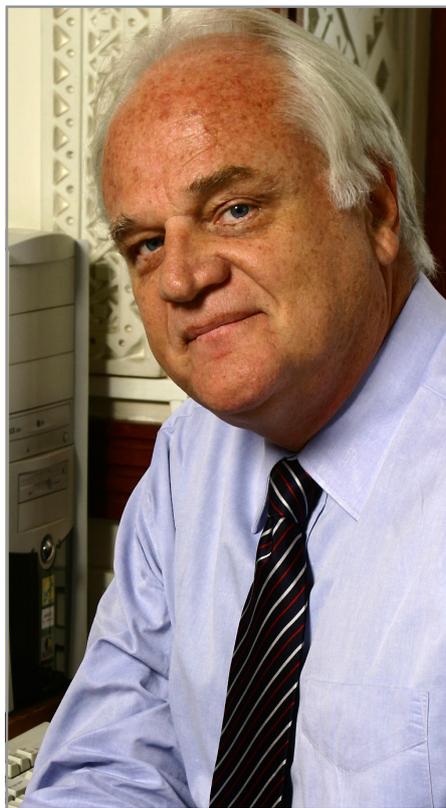
Fonte: Museu da Vida

Resolução aprovada pela OMS abre novas possibilidades para saúde global

Danielle Monteiro com a colaboração de Thiago Oliveira

Diante do desigual cenário mundial no que diz respeito ao financiamento de P&D para doenças negligenciadas, a 65ª Assembleia Mundial da Saúde (AMS) - órgão máximo de deliberação da Organização Mundial da Saúde (OMS) - aprovou, em maio desse ano, uma resolução que promete impulsionar o debate sobre o financiamento global da pesquisa para a geração de novos medicamentos e vacinas de interesse de países em desenvolvimento. Entre as recomendações do relatório do Grupo Consultivo de Especialistas em Pesquisa e Desenvolvimento: Financiamento e Coordenação (CEWG, na sigla em inglês) - principal objeto da resolução - destaca-se a criação de uma contribuição governamental de 0,01% do PIB, para todos os países, para aplicação em P&D para as enfermidades que afetam as nações menos favorecidas. Os recursos serão empregados em situações na qual a tecnologia não existe ou não é a mais adequada ou o preço do produto não é compatível com a realidade econômica dos países em desenvolvimento.

O coordenador do Cris/Fiocruz, Paulo Buss, e a pesquisadora do CDTs/Fiocruz, Claudia Chamas, recentemente assinaram artigo para o jornal Valor Econômico (<http://www.valor.com.br/opiniao/2811894/um-novo-modelo-para-pesquisa-em-saude-global>), no qual falam sobre os benefícios que as medidas propostas poderão trazer para o setor de saúde dos países em desenvolvimento e apontam as principais falhas que impedem maior investimento em P&D para doenças negligenciadas. Em entrevista ao CrisInforma, Buss e Claudia falaram sobre a trajetória da iniciativa até sua recente aprovação e sugeriram medidas para suprir essas necessidades de saúde que não são atendidas pelos incentivos econômicos dominantes.



A Assembleia Mundial da Saúde aprovou recentemente a resolução sobre o financiamento global da pesquisa para a geração de novos medicamentos e vacinas que são de interesse da população brasileira e de outros países em desenvolvimento. Discorram sobre a trajetória dessa iniciativa até a sua aprovação.

A Resolução WHA 65.22 é fruto de um rico e complexo processo desenvolvido no âmbito da OMS. Há quase uma década a OMS tem se debruçado sobre o tema da necessidade de medicamentos, vacinas e kits para diagnósticos para doenças que afligem os países em desenvolvimento. Podemos apontar como marco inicial o trabalho empreendido pela Comissão sobre Direitos de Propriedade Intelectual, Inovação e Saúde Pública (2003-2006), que forneceu as bases para a constituição do Grupo de Trabalho Intergovernamental sobre Saúde Pública, Inovação e Propriedade Intelectual (2006-2008) e a aprovação da Estraté-

gia Global e Plano de Ação em Saúde Pública, Inovação e Propriedade Intelectual em 2008 (<http://www.who.int/phi/publications/gspa-phi/en/>).

A Estratégia permitiu uma discussão sobre o conceito de bens públicos globais aplicado a produtos de saúde. Privar a população de bens essenciais por questões relacionadas à estratégia de apropriação privada é eticamente condenável, sobretudo porque, muitas vezes, esses produtos pertencem a empresas, mas foram co-financiados com recursos públicos de instituições de pesquisa, como os Institutos Nacionais de Saúde, dos EUA, por exemplo. O debate "patente x paciente" sempre foi muito tenso e a Estratégia Global e Plano de Ação da OMS aborda diversos elementos a esse respeito. Outra questão relevante é a do "gap 10/90", ou seja, apenas 10% dos recursos destinados à pesquisa são aplicados em problemas que acometem 90% da população. Nesse contexto, as pessoas não conseguem pagar pelo medicamento

ou a solução não existe, necessitando de intermediação do governo.

Logo após a aprovação da Estratégia foi criado o Grupo de Trabalho de Especialistas sobre Financiamento e Coordenação da Pesquisa e Desenvolvimento (2009-2010). Em 2010, a Assembleia Mundial da Saúde decidiu pela constituição do Grupo Consultivo de Especialistas em Pesquisa e Desenvolvimento: Financiamento e Coordenação (CEWG, na sigla em inglês), que se debruçou sobre propostas de países, atores diversos e do relatório do grupo predecessor para apontar medidas para a inovação em saúde nos países menos favorecidos. O alicerce das recomendações do CEWG é o conceito de bem público global. A partir deste enquadramento, as propostas buscaram enfatizar que é muito mais eficiente gerar conhecimento que possa ser livremente utilizado para a ampliação do acesso das populações a produtos de saúde. Além disso, as contribuições financeiras merecem ser proporcionais ao tamanho de cada economia. O relatório propõe uma convenção de natureza vinculante como principal instrumento para viabilizar as propostas em nível global.

A resolução abre uma rodada de negociações para o estabelecimento de um acordo no qual se priorizará a pesquisa para doenças de interesse dos países em desenvolvimento. A destinação de uma porcentagem do PIB global para financiar as investigações, com a participação de todos os países, é uma solução bastante criativa que contou com a aliança, pela primeira vez, da própria indústria farmacêutica. A dificuldade em implementar uma proposta desse tipo é a crise econômica, que reduz orçamentos sociais, nos quais está incluído o financiamento de pesquisa. Entretanto, a aplicação de recursos em pesquisa é um investimento e uma obrigação moral, e não um gasto. Existe uma resistência, também, por conta dos países desenvolvidos. Eles recentemente comprometeram seus orçamentos para 'salvar' o capital financeiro internacional em detrimento da saúde pública e outras prioridades sociais. É uma questão política e ética, uma escolha entre civilização e barbárie que deve ser sempre denunciada.

Vocês citam, em seu artigo, que o cenário no qual essa iniciativa foi aprovada é dramático e desproporcional. Quais são as características desse cenário?

O relatório do CEWG descreve com muitos detalhes e referências o quão desproporcional é o financiamento da pesquisa em saúde no mundo. Após o advento do Acordo Trips, os países membros da Organização Mundial do Comércio tiveram de incorporar em suas leis proteção para as patentes de produtos e processos farmacêuticos. Em vários países em desenvolvimento, observa-se que a participação de titulares não-residentes de patentes farmacêuticas está acima de 90%. Os efeitos monopolísticos da patente incluem a prática de preços mais elevados e a impossibilidade de concorrência (genéricos) durante um longo tempo. Tampouco existe a contrapartida da produção local, o que seria especialmente conveniente no caso dos países em desenvolvimento. Além disso, a agenda global de pesquisa e inovação não reflete todas as necessidades dos países do Sul, que sofrem com recursos escassos. Assim, é necessário aperfeiçoar os instrumentos políticos para superar esse quadro de fragilidade tecnológica e garantir às pessoas a melhor terapia existente a preços justos.

Em suma, é uma questão de múltiplos contornos. Existe o interesse das indústrias privadas, dos institutos de pesquisas, dos governos e da própria população. O financiamento à pesquisa poderá ser resolvido a partir da resolução se todos os envolvidos se empenharem em concretizá-la. No entanto, restam inúmeras questões politicamente sensíveis a serem operacionalizadas na 'Estratégia Global e Plano de Ação'. Um exemplo é o acesso aos medicamentos, que depende dos sistemas de saúde e também dos produtores mundiais. Os medicamentos em geral são muito caros para países pobres e, por isso, o acesso dos países pobres e dos pobres de todos os países fica imensamente dificultado. Muitas vezes o produto até chega, de fato, aos governos, mas estes acabam sendo frágeis demais para fazer o medicamento fluir até o usuário que dele necessita. É uma agenda cheia que merece ser resolvida pelos governos nacionais e pela comunidade internacional.

Que medidas devem ser tomadas para que essas questões sejam solucionadas?

No plano intergovernamental trata-se de um processo de convencimento dos países em desenvolvimento, pela solidariedade, ética e cooperação in-

ternacional. Mas a sociedade civil também tem participação fundamental para cobrar, pressionar a responsabilização do país no detalhamento do projeto. A mídia também é uma grande aliada para alimentar com informação esses grupos civis e manter essa discussão acesa. Um caso interessante e razoavelmente bem-sucedido é o próprio controle do HIV, que foi uma mobilização geral, reunindo diversos parceiros nos planos globais e nacionais. O projeto para pesquisas de doenças negligenciadas também pode e deve dialogar com essas experiências e incorporar suas propostas colaborativas.

É imprescindível aprofundar o diálogo entre os países, buscando novas abordagens para os problemas com base em evidências concretas. Nos últimos anos, alguns países em desenvolvimento conseguiram fortalecer suas estruturas industriais no campo da saúde. Por exemplo, a Índia valeu-se de múltiplos recursos na sua trajetória de industrialização - as leis, o Poder Judiciário, os investimentos governamentais, a defesa da sua posição nos fóruns multilaterais, as alianças com o setor produtivo. Hoje, vários canais diplomáticos - OPAS, BRICS, IBAS, CPLP, UNASUL, G-20 - podem abrigar discussões inovadoras que aliem os interesses de fortificação dos complexos industriais de saúde às preocupações humanitárias. O compartilhamento de lições exitosas de países com necessidades semelhantes é um caminho possível.

O Brasil é um exemplo para os países desenvolvidos e em desenvolvimento nesse aspecto?

O programa brasileiro de imunizações é um caso de sucesso, assim como a política de acesso a diagnóstico e medicamentos para HIV/AIDS. A autossuficiência em vacinas começou em 1975, com a criação de Biomanguinhos, na Fiocruz. Somente anos depois os compromissos com imunização foram incorporados globalmente pelo Global Alliance for Vaccines and Immunization (GAVI). O Brasil tem bons exemplos de programas, que apenas recentemente passaram a ser mais conhecidos, pois houve uma abertura mais planejada para a cooperação internacional e experiências se difundiram.

Nos últimos anos o Brasil tem implementado um conjunto de incentivos muito interessantes com foco na inovação e na produção local. O Programa

Mais Saúde é um exemplo claro, que posiciona a saúde como elemento estratégico para o desenvolvimento nacional. Em um dos seus eixos, explicita o crescente peso das importações de saúde na nossa balança de pagamentos e oferece como resposta uma política consistente de investimentos em infraestrutura, pesquisa e inovação. Não podemos esquecer o papel do BNDES nessa retomada de investimentos e de promoção de um processo de substituição de importação, fincado em bases muito mais sólidas do que em décadas passadas. Em paralelo, a Finep, as Fapes, o CNPq, a Capes e o orçamento do Ministério da Saúde ajudam a compor este pacto de investimentos para o desenvolvimento sustentado.

Este caráter estruturante, que permite a incorporação de tecnologia, a geração de renda e a ampliação do emprego, foi mais uma vez revigorado pela sanção da Lei n. 12.715, de 2012, que autoriza a dispensa de licitação para as parcerias entre os laboratórios públicos e privados para a fabricação de produtos prioritários para o SUS. O aprofundamento do SUS e o desenvolvimento do País não se viabilizam sem este nível decisório. A vinculação do poder de compra do Estado ao estímulo ao desenvolvimento tecnológico e produtivo e o aporte de novos recursos constituem experiências que desenham um novo modelo de desenvolvimento, muito mais inclusivo. Na verdade, algumas dessas opções já foram usadas no passado por alguns países. Mas, depois que estes se desenvolveram, chutaram a escada, como ensina o economista Ha-Joon Chang.

Foram estabelecidas metas específicas com a aprovação da resolução?

O documento não chega nesse nível de detalhamento porque existem os programas consensuais dos países da OMS que apontam as prioridades, a chamada magnitude do problema, as falhas existentes, que alimentarão essa questão. A resolução permite ampliar os debates por meio das consultas nacionais e regionais. Em novembro, haverá um novo encontro dos países-membros para coordenar os avanços em torno das recomendações do relatório do CEWG. Dada a complexidade do assunto e da natureza da principal recomendação, não há como chegar a consensos no curto prazo. Naturalmente, a crise econômica é

empecilho, empurrando assuntos de ordem social para o segundo plano.

Qual a previsão para se começar a detalhar essas metas?

Já existe um mecanismo dentro da OMS detalhando esse processo. Em Janeiro de 2013, serão apresentados mais detalhes na reunião do Conselho Executivo (grupo de 34 países que dirige a OMS, em representação do conjunto de 191 Estados-membros), preparando informe para a Assembleia Mundial da Saúde que reúne a todos e se realizará em maio de 2013.

Qual a importância do papel desempenhado pelo Brasil e a Unasul na aprovação da resolução?

Desde o princípio, em 2006, o Brasil foi um dos principais articuladores e defensores da Estratégia Global e Plano de Ação por meio de uma eficiente articulação de diplomatas e profissionais da saúde que fizeram com que tudo avançasse. Sem dúvida, o Brasil tem exercido uma liderança histórica nesse tema a partir de uma condução equilibrada e, ao mesmo tempo, inovadora de posições na Assembleia Mundial de Saúde e nas demais instâncias. A Unasul assumiu esse tema como agenda política prioritária desde sua criação e passou a falar em nome de todos os países, tornando-se importante protagonista política no processo e certamente seguirá sendo. Hoje, a Unasul propicia uma plataforma de diálogos na região e influencia decisivamente o processo em nível multilateral.

Qual a importância do papel exercido pela Fiocruz na aprovação da resolução?

A Fiocruz é uma referência mundial na solução de problemas de saúde que afetam as populações carentes. Oswaldo Cruz plantou a semente da ousadia em Manguinhos. As pesquisas com Artemisinina contra a malária, a decisão de apoiar o licenciamento compulsório de patentes de medicamentos para HIV, soluções para diagnóstico, vacinas ou medicamentos para as doenças negligenciadas, a cooperação com Moçambique na fábrica de antirretrovirais fazem parte do leque de iniciativas em C&T e da cooperação internacional da Fiocruz que estão perfeitamente alinhadas com a resolução. A Fundação exerce o protagonismo em manter esse assunto nas

agendas internacionais. Somos uma fonte permanente de propostas criativas nessa área e contamos com um grupo de pensadores e pesquisadores que explora todas as possibilidades.

Hoje, temos um sólido parque científico e de pós-graduação, unidades produtivas aliadas ao desenvolvimento tecnológico e o projeto do Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde (CDTS), que objetiva construir pontes entre o conhecimento científico e a área produtiva e estimular as parcerias tecnológicas, uma lacuna que o Brasil precisa urgentemente preencher. Esta poderosa referência foi lembrada em várias fases dos trabalhos do CEWG e grupos anteriores, posto que se trata de um modelo profundamente comprometido com os objetivos de direito universal à saúde. A Presidência da Fiocruz, em especial o CRIS, a VPPIS e o CDTS/VPPIS, acompanhou ativamente toda a preparação para a Assembleia, em estreita colaboração com o Itamaraty.

Quais são as iniciativas que, em sua opinião, devem ser implantadas ou retomadas a partir da aprovação da resolução?

O que devemos retomar agora são as discussões em torno da implementação dos demais pontos da Estratégia Global e Plano de Ação. Como o foco atual é o financiamento às pesquisas, acabamos esquecendo outros aspectos, como os mecanismos de acesso aos medicamentos já existentes, que é talvez o ponto mais importante. O que encarece o medicamento não é o insumo material, nem o valor imaterial do produto, a patente. Continuamos mundialmente com medicamentos caríssimos e esses preços não expressam seu verdadeiro valor.

Em relação às recomendações do relatório do CEWG, os próximos encaminhamentos dependerão do que será acordado no encontro dos países em novembro, bem como da reunião do Conselho Executivo da OMS e da Assembleia Mundial da Saúde. Como esperado, há resistências a algumas propostas, uma vez que elas indicam mudanças estruturais na produção do conhecimento e da inovação. De todo modo, a agenda de debates está lançada, os países e as regiões estão mobilizados e a participação da sociedade civil tem sido expressiva.